



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013111-29.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **Rogério Gonçalves Salvador Caram**  
 Requerido: **Jb Empreendimentos e Participações Ltda e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Rogério Gonçalves Salvador Caram move ação contra JB Empreendimentos e Participações Ltda., Renata Gonçalves Salvador Caram Abujamra, Roberta Gonçalves Salvador Caram, José Caram, Beatriz Gonçalves Salvador Caram e Junta Comercial do Estado de São Paulo. Sustenta que seus pais José e Beatriz doaram-lhe, com reserva de usufruto, cotas sociais da JB Empreendimentos. Também são sócios os irmãos do autor, Ricardo, Renata e Roberta, as duas últimas igualmente demandadas. Há animosidade entre as partes. A animosidade aumentou quando José e Beatriz propuseram ação objetivando o desfazimento dessa doação. Foi nesse contexto que o autor e demais sócios foram convocados pelos administradores José e Beatriz para reunião a realizar-se em 24.04.2014. Houve discussão acalorada durante o ato e o autor, juntamente com seu outro irmão Ricardo, abandonou-a, antes do encerramento. Entretanto, naquela ocasião, ausentes o autor e Ricardo, os requeridos José, Beatriz, Renata e Roberta procederam a alteração no contrato social da JB Empreendimentos, fazendo-o com a falsificação da assinatura atribuída ao autor. Essa alteração é, pois, nula de pleno direito, porquanto o autor não manifestou a sua vontade para a ela anuir. Trata-se de falsificação grosseira, motivo pelo qual houve ainda erro da Junta Comercial de permitir o registro do ato. Sob tais fundamentos, pede (a)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

declaração de inexistência da alteração do contrato social da JB Empreendimentos, ocorrida em 24.04.2014 (b) pagamento, pela Junta Comercial, de indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (c) requisição de instauração de inquérito policial para a apuração do crime previsto no art. 298 do Código Penal. Houve ainda requerimentos de tutela liminar natureza cautelar.

A liminar foi negada, fls. 138/139.

Contestação da Junta Comercial às fls. 187/198, alegando ilegitimidade passiva e ausência de responsabilidade pelo fato.

JB Empreendimentos, José, Beatriz, Renata e Roberta contestaram às fls. 221/237. Negam a falsificação da assinatura atribuída a Rogério na alteração contratual e aduzem que o objetivo do autor é tumultuar a condução dos negócios por José e Beatriz. Sustentam ainda que, no ato de doação das cotas aos filhos Rogério, Ricardo, Renata e Beatriz, constou que o direito de voto, inclusive em relação a alterações no contrato social, permaneceu exclusivo dos doadores-usufrutuários, de maneira que sequer o autor poderia votar contra a alteração que se sucedeu. Quanto à reunião de 24.04.2014, alegam que o irmão do autor, Ricardo, ausentou-se no meio do ato e de fato não assinou a alteração contratual. O autor, porém, ausentou-se após a alteração social e somente não assinou a ata, que estava sendo corrigida quando ele foi embora. Pedem a improcedência.

Réplica foi oferecida, fls. 354/364.

O processo foi saneado, fls. 374, determinando-se a produção de prova pericial.

Laudo pericial e esclarecimentos às fls. 560/615 e 770/772, com manifestações das partes.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Por ocasião da doação das cotas sociais por José e Beatriz aos filhos, entre os



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

quais o autor, constou expressamente o seguinte, consoante fl. 244: "... os outorgantes doadores reservam para si o direito de voto que tiverem as cotas doadas, nas Assembleias ou Reuniões de Cotistas, com exclusão de tal direito aos donatários, ficando referidos sócios donatários, desde já, cientes e de pleno acordo que, em virtude da condição de usufruto em favor do casal doador, toda e qualquer alteração do contrato social só poderá ocorrer por vontade exclusiva dos sócios doadores, independentemente da aquiescência deles, donatários".

Há solidez nos argumentos dos réus no sentido de que a cláusula acima indicaria que a eventual falsificação da assinatura do autor no instrumento de alteração do contrato social, na reunião de 24.04.2014, não seria um fato juridicamente relevante, porque a vontade do autor, em relação ao quanto ali deliberado, era dispensável.

Entretanto, levando em conta a importância do fato da falsificação da assinatura em si, foi determinada a produção de prova pericial, cujo conteúdo, confirmam-se fls. 560/615 e 770/772, conduz à rejeição do pedido.

Convém num primeiro momento destacar a qualidade do trabalho desenvolvido pelo assistente técnico contratado pelos réus, o qual, às fls. 746/762, realmente trouxe elementos que poderiam levar o magistrado a afastar a falsidade em relação ao instrumento arquivado na Jucesp.

Todavia, e com as vênias aos réus e seu assistente técnico, o expert judicial, em seu laudo pericial e nos esclarecimentos de fls. 770/772, enfrentou as questões apresentadas pelo assistente técnico com segurança e cientificidade, primando ainda pela imparcialidade na sua conduta.

Demonstrou a clara diferença entre as assinaturas legítimas e a falsa, caracterizada esta última por "elevado grau de artificialidade gráfica, em virtude da morosidade com que fora executada, o que faz com que seu traçado tenha aspecto de pastosidade, arrastado e claudicante, com maior presença de traços cheios em quase toda a sua extensão "



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Com efeito, o expert examinou as três vias da alteração do contrato social, sob o prisma dos característicos gráficos das assinaturas questionadas, verificando ainda o comportamento gráfico do autor em relação aos padrões de confronto, com os cotejos devidos, no que toca à qualidade de traçado, elementos de ordem geral e natureza genética.

Como se nota na aprofundada justificativa trazida às fls. 568/580 e nos esclarecimentos de fls. 770/772 já referidos, chegou à conclusão, às fls. 568, que as assinaturas lançadas nas duas vias arquivadas na empresa ré são verdadeiras, ao passo que a assinatura lançada na via que está arquivada na Jucesp é falsa, por apresentar, em contraposição às demais, "artificial, claudicante e indecisa, morosa e arrastada, com traços mais cheios e com a mesma espessura devido à constante lentidão em que a escrita foi lançada " (fls. 578), assim como "índices primários de falsificação, caracterizados por hesitações e trêmulos " (fls. 579).

Por essa razão, adota-se a conclusão fática do perito judicial.

Apesar disso, as consequências jurídicas não são as pretendidas pelo autor.

Realmente, o autor pede a declaração de inexistência da alteração do contrato social a que dizem respeito as assinaturas.

Mas não se pode afirmar esse efeito jurídico.

O autor manifestou sua vontade no sentido de concordar com a alteração contratual, tanto que das três vias, duas foram por ele assinadas.

Por mais que seja indiscutivelmente ilícita a conduta de se falsificar a sua assinatura na terceira via, que foi levada para arquivamento na Junta Comercial, essa circunstância não tem o condão de juridicamente retirar a existência e validade do negócio jurídico em si. É um negócio jurídico apenas, embora três as vias em que documentado. Das três, em duas a assinatura do autor é autêntica. Impossível ignorar esse fato. Nesse sentido, não há razão jurídica para este juízo declarar a inexistência da alteração do contrato social da JB Empreendimentos, ocorrida em 24.04.2014.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Também descabe qualquer indenização por parte da Junta Comercial.

A falsificação, ao contrário do alegado na inicial, não é grosseira (fls. 581, Quesito 3), de maneira que não verifico qualquer falha da ré nesse concernente, não lhe sendo imputada qualquer responsabilidade por danos que porventura o autor tivesse sofrido em razão do arquivamento da alteração no contrato social.

Ademais, sequer é possível afirmar a existência de danos morais neste caso, já que o instrumento arquivado que continha assinatura falsa retratava a vontade real do autor, tanto que ele assinou as outras duas vias, arquivadas na empresa ré.

Por fim, este juízo não irá determinar a instauração de inquérito policial por falsidade material, em razão de que não vislumbro indícios suficientes de lesividade na conduta, afinal o autor assinou as outras duas vias e portanto é de se questionar de que modo sua esfera jurídica teria sido atingida por esta violação específica; ademais disso, não há qualquer elemento indicando quem seria o autor da falsificação. Evidente, noutro giro, que o autor pode requerer à autoridade policial a investigação dos fatos, se entender o caso.

Julgo improcedente a ação, condenando o autor nas custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 15% sobre o valor atualizado da causa, sendo que desses 15% 10% devem ser pagos ao patrono dos réus particulares, que desenvolveu mais trabalho na causa, e 5% à Jucesp.

Deixo de condenar o autor nas penas de litigância de má-fé, porque os réus não comprovaram a intenção maliciosa do autor, tanto que, inclusive, uma das assinaturas era falsa, embora daí não se extraia o direito subjetivo que o autor, na inicial, pretendia tutelar.

P.I.

São Carlos, 19 de setembro de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**